

INCUBADORA DE AGRONEGÓCIOS: EMPREENDEDORISMO COMO ALTERNATIVA À PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

Cristina Fachini

Economista, Mestre, PqC do Pólo de Desenvolvimento dos Agronegócios de Capão

Bonito/APTA

cfachini@apta.sp.gov.br

Simone Raymundo de Oliveira

Zootecnista, Mestre, PqC do Pólo de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios de

Capão Bonito/APTA

Elizabeth Alves e Nogueira

Engenheira Agrônoma, Doutora, PqC do Instituto de Economia Agrícola

Nilda Tereza Cardoso de Mello

Economista, Mestre, PqC do Instituto de Economia Agrícola

1 - Introdução

Muitos setores produtivos conseguem defender seus interesses comuns pela associação de empresas, inclusive utilizando como instrumento as incubadoras. Essa estratégia permite uma aproximação física e temática da produção e da tecnologia das empresas com o mercado, proporcionando aumento de renda, geração de postos de trabalho e desenvolvimento local e regional.

No entanto no setor agropecuário, base do agronegócio, a formação desses grupos ainda é incipiente e de difícil concretização, dados o grande número de unidades produtivas, os diferentes tamanhos, os níveis de investimento e de tecnologia. Essas características, tão marcantes no caso brasileiro, revelam a necessidade de se criar mecanismos que viabilizem as incubadoras de agronegócios, em especial para a pequena produção.

Dos R\$ 44,8 bilhões do saldo da balança comercial brasileira no ano de 2005, o agronegócio respondeu por R\$ 38,4 bilhões, equivalentes a 85,8% desse montante. Isto foi resultado da contribuição de 36,9% (R\$ 43,6 bilhões) dos produtos agrícolas nas exportações brasileiras que totalizaram R\$118,3 bilhões (CONAB/SECEX, 2006).

O agronegócio, como um todo, gera um a cada três empregos no Brasil, ou seja, 18 milhões de empregos o que representa 30% da população economicamente ativa (Sampaio Filho, 2005).

O panorama do agronegócio no país pode ser avaliado também em função da sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), que no ano de 2005 alcançou R\$ 1,93 bilhão, sendo que o PIB do agronegócio contribuiu com R\$ 537,60 milhões, o que representou 27,9% do total (CEPEA, 2005). No período de 1994 a 2005 a contribuição do agronegócio, embora tenha oscilado, nunca esteve abaixo desse valor (Guilhoto et. al, 2004) e (CEPEA, 2005).

O agronegócio, como um todo, considera além da agropecuária propriamente dita as atividades a montante (“antes da porteira”) e a jusante (“depois da porteira”), sendo que o PIB agropecuário tem tido, no Brasil, grande participação da pequena produção familiar.

1.1 - Agricultura Familiar

A atividade de base familiar é vista, muitas vezes, somente como de subsistência. O sistema familiar, de fato, deve ser considerado num contexto sócio-econômico, onde é expressiva sua força para a população que subsiste no campo e cujo êxodo para as cidades deve ser evitado. Por outro lado, minimiza as tensões sociais campo-cidade e contribui para a oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado.

A produção familiar agrícola brasileira tem conseguido evoluir já que vem se reproduzindo ao longo das gerações e de se adaptando aos movimentos da conjuntura sócio-econômica, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste (Jean, 1993).

É bem verdade que a pequena produção vem enfrentando muitos problemas no mercado, mas que poderão ser solucionados com a melhoria de sua competitividade. Apesar disso, os percentuais de participação no PIB agropecuário, segundo o tipo de produtor,

demonstram que um terço deste vem da agricultura familiar (Guilhoto et. al, 2004). Esse segmento da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ele interligadas responderam em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro (Guilhoto et al. 2006).

A globalização da economia exerce pressão crescente para a obtenção de produtos de alta qualidade e de baixo custo, que levam ao aumento da competitividade. Para que isso seja alcançado é necessário identificar os pontos de estrangulamento das cadeias produtivas. Para a agricultura familiar, o principal gargalo tem sido o destino dos produtos, isto é, o processo de comercialização. Os produtores não vendem diretamente aos consumidores e, em geral, entregam produtos “in natura”, com pouca ou nenhuma agregação de valor ou ainda sem qualidade certificada. Qualquer falha do produtor, em menosprezar as exigências do mercado, pode redundar em grandes prejuízos.

Os agricultores familiares brasileiros têm tido muita dificuldade em compreender que estão sujeitos a um mercado exigente e que se torna imprescindível, que observem as características impostas pela demanda. Desenvolver a mentalidade de “produzir para o mercado” é uma necessidade sem a qual não poderão se dedicar com êxito na obtenção de sustentabilidade do seu negócio seja pela elevação da renda seja por sua manutenção no campo, inclusive gerando emprego.

É nesse contexto que se insere a importância da incubadora de agronegócios com um dos instrumentos capaz de tornar competitiva a produção realizada pelos agricultores familiares. Uma incubadora tem a finalidade de capacitar e monitorar um empreendimento até torná-lo auto-sustentável – um mecanismo semelhante, em tese, às incubadoras de ovos^[1]. As incubadoras de agronegócios podem ser vistas como catalizadoras do empreendedorismo rural.

1.2 – Objetivo

O artigo tem como objetivo iniciar uma revisão desse tema, apresentando também algumas experiências de incubadoras de empresas no Brasil, especialmente daquelas voltadas ao agronegócio.

Para isso, foram utilizadas bases de dados secundárias de fontes distintas: levantamento de material bibliográfico, de divulgação e de informações da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC) e do

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); além de uma sondagem do perfil de incubadoras de agronegócios junto aos seus diretores, que foram elencadas a partir das informações das Entidades acima citadas, tomando como critério aquelas que se autodenominam de “agronegócios”.

2 – Incubadoras

As incubadoras têm como objetivo contribuir para que as empresas possam superar as barreiras existentes nos primeiros anos de sua constituição, muitas vezes oferecendo-lhes um ambiente apropriado e dotado de programas de capacitação técnica e gerencial (Ibáñez, et. al 2004).

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) as incubadoras apresentam-se como uma ferramenta interessante na tentativa de diminuir o alto índice de mortalidade nos cinco primeiros anos de vida das empresas. *“...Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado. Em vista disso, é factível afirmar que a incubadora de empresas pode cumprir com eficácia e eficiência o papel nucleador do processo de criação de empresas”* (MCT, 2000).

Lalkaka & Bishop (1996), citado por Ibáñez et. al (2004) definem incubadora de empresas como um ambiente de trabalho controlado que estimula a criação e o desenvolvimento de novas empresas emergentes e que possui características particulares, que visam criar um clima cooperativo para o treinamento, suporte e desenvolvimento de pequenas empresas e empreendedores.

Dentre os mecanismos e arranjos institucionais/empresariais que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços, destaca-se a incubação de empresas, na qual é importante a participação ativa da comunidade.

O cenário brasileiro mostra que, do total de empresas abertas a cada ano, cerca de 32% morrem no primeiro ano de funcionamento, 44% no segundo ano e 71% não chegam ao quinto ano (SEBRAE/SP, 2003).

As principais razões apresentadas pelo MCT (2000) no caso brasileiro são: legislação complexa, exigente e que acarreta altos custos burocráticos, tributários, de produção e comercialização; capacidade de negociação para os micro e pequenos empresários que dependem de mercados oligopolizados para aquisição de produtos e fornecimento de insumos, onde grandes empresas ditam prazos e condições de pagamentos; falta de acesso ao crédito e elevadas taxas de juros sobre os empréstimos, superiores às que pagam as grandes empresas, bem como as exigências dos credores por garantias reais, que geralmente o micro e pequeno empresário não podem oferecer. Completa esse quadro de entraves o difícil acesso a tecnologias para a inovação em produtos e em processos de produção.

O incentivo à criação de empresas em Incubadoras e em Parques Tecnológicos[2] resulta em alto grau de sobrevivência dos novos empreendimentos, em comparação com os demais que não têm o apoio formal dessas estruturas (Atrasas et al., 2003).

Vale citar que as empresas que passam pelo processo de incubação nos Estados Unidos e países europeus apresentam uma taxa de mortalidade em torno de 20%.

Daí a importância de se trabalhar com as incubadoras rurais à semelhança do que vem ocorrendo em outros países e em empresas de outros setores da economia brasileira, com a finalidade de colocar a pequena produção agropecuária em condições de competitividade no mercado. Trata-se de um grande desafio, mas que se for exitoso constituirá numa grande contribuição ao desenvolvimento do agronegócio familiar.

2.1 – Tipos de Incubadoras

A distinção mais comum segue a classificação abaixo (SEBRAE, 2006; ANPROTEC, 2000; MCT, 2000):

- tecnológicas: que abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas (estimulando parcerias com Universidades e Centros de Pesquisa) e nas quais a tecnologia representa alto valor agregado;

- tradicionais: que abrigam empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, os quais detêm tecnologia largamente difundida (não tem como prioridade o estabelecimento de vínculos com Universidades e Centros de Pesquisa) e;
- mistas: que não possuem restrições quanto ao setor de atividades das empresas - abrigam empresas dos dois tipos anteriormente descritos.

Entretanto, elas podem ser também definidas de acordo com enfoque dado: segundo a tecnologia (tecnológicas, tradicionais e mistas); por setor (industriais, de serviços e agronegócios); por localidade (descentralizadas e centralizadas); etc.

2.2 – Antecedentes

Na década de 1950, na Universidade de Stanford, Estados Unidos (EUA), foi criado um Parque Industrial e, posteriormente, um Parque Tecnológico (Standford Research Park), com objetivo de promover a transferência da tecnologia desenvolvida na Universidade às empresas e para a criação de novas empresas intensivas em tecnologia, sobretudo do setor eletrônico.

Devido ao êxito que obteve a região – hoje conhecida como Vale do Silício – a experiência estimulou a reprodução de iniciativas semelhantes e a partir de então a concepção de incubadora foi gerada (MCT, 2000).

O surgimento de incubadoras foi natural, já que, para abrigar as iniciativas empreendedoras, havia a necessidade de constituição de espaços que propiciassem o desenvolvimento de negócios e sua consolidação (Ibáñez, et. al 2004).

É interessante ressaltar que em um estudo realizado, em 1998 nos EUA, pela *National Business Incubation Association* (NBIA, 1999), o maior crescimento no número de incubadoras foi localizado na área rural, embora as urbanas tenham a maior representatividade. A Tabela 1 compara os anos de 1989 e 1998 e os dados mostram tal crescimento (Vedovello et al, 2001).

Tabela 1. Incubadoras Americanas, 1989 e 1998.

LOCALIZAÇÃO DAS INCUBADORAS	1989		1998	
	Número	%	Número	%
Urbanas	63	53,0	178	45,0
Suburbanas	23	19,0	75	19,0
Rurais	34	28,0	143	36,0
Total	120	100,0	396	100,0

Fonte: Adaptado de NBIA (1999), citado por Vedovello et al (2001).

2.3 - Iniciativas Brasileiras

No Brasil, o trabalho com incubadoras de empresas teve início em 1984, quando por iniciativa do presidente do CNPq, cinco Fundações Tecnológicas foram criadas – Campina Grande (PB), Manaus (AM), São Carlos (SP), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) – com a finalidade de promover a transferência de tecnologia das Universidades para o setor produtivo (SEBRAE, 2006). Atualmente, segundo o Banco de Dados da ANPROTEC e registros do SEBRAE, existem no Brasil 419 incubadoras associadas localizadas em diferentes regiões, mas concentradas no Sudeste-Sul do país (Tabela 2):

Tabela 2. Incubadoras associadas à ANPROTEC por região do Brasil, 2005.

Região	Número de incubadoras	%
Centro-Oeste	35	8.4
Nordeste	87	20.8
Norte	11	2.6
Sudeste	145	34.6
Sul	141	33.6
Total	419	100.0

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir da ANPROTEC (2005).

As incubadoras de empresas de base tecnológica transcendem sua importância econômica por sinalizar um novo paradigma do auto-emprego, da necessidade de questionamento do modelo de associação da pesquisa tecnológica e do mercado, servindo de efeito-

demonstração interna à Universidade e à sociedade em geral, da capacidade empreendedora e inovadora (Furtado, 1996).

Um estudo desenvolvido pela ANPROTEC (2000) – citado por Vedovello et al (2001), utilizando formulários enviados aos responsáveis pelas incubadoras, revela que os objetivos das incubadoras em operação no Brasil são: estimular as atividades de empreendedorismo; promover o desenvolvimento regional; promover o desenvolvimento tecnológico; diversificar as economias regionais; promover a geração de empregos; e obter lucros. Aponta que de uma amostra de 48 incubadoras, 17% têm estabelecido ligações formais com Centros de Pesquisa e 83% com Universidades.

Para Ibáñez, et. al (2004) as incubadoras de agronegócios apóiam as empresas atuantes em cadeias produtivas ligadas ao setor e que possuem unidades de produção externa à incubadora, utilizando seus módulos apenas para atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e ao aprimoramento da gestão empresarial.

De acordo com os dados da ANPROTEC existem hoje, no Brasil, 32 Incubadoras que se autodenominam[3] de Agronegócios, com maior concentração na região Nordeste (18), seguido do Sudeste com 7, sendo que no Sul e Centro-Oeste existem 3 em cada e no Norte uma unidade.

Além disso, observa-se que esse não é o único modelo utilizado dentro das incubadoras de agronegócios. Vale citar que na agricultura brasileira, por meio do Movimento dos Sem Terra (MST), foram criados diferentes tipos de cooperativas nos assentamentos e como decorrência do movimento da Ação da Cidadania, surgiram também em meados dos anos 90s, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Essas, também ligadas às Universidades, dão apoio à população em geral na formação ideológica e para a constituição e gestão de cooperativas de trabalho e de produção (Carvalho, 2001). Destaca-se a diferença entre a incubação solidária cujo enfoque está na incubação de pessoas e processos, preparando o modo organizacional do empreendimento. Já a incubação de produtos tem o enfoque na competitividade via agregação de valor por meio da diferenciação de produtos.

Outra experiência importante é o Centro de Empreendimentos Rurais[4] (CER) em Sacramento, Minas Gerais. Preocupada com a questão do desenvolvimento rural, a administração local implementou o CER para: a) formar jovens empreendedores; b) fomentar e incubar pequenas agroindústrias e cooperativas; c) financiar projetos de

negócios desenvolvidos nos cursos de formação de jovens empreendedores – Fundo Rotativo Municipal. A idéia central do CER consiste em articular esses três programas(Caldas, 2000). Os agricultores familiares têm acesso à melhor renda com programas que integram capacitação em novas tecnologias e conseguem financiamento e ampliação das possibilidades de comercialização.

Um dos resultados importantes alcançados pelo programa foi a melhoria da capacidade organizacional dos agricultores familiares e das próprias comunidades. Como a proposta era a de verticalização do processo produtivo, conseguiu-se agregar maior valor à produção e, conseqüentemente, aumentar a renda do produtor. Há famílias que aumentaram seus ganhos em mais de 150%, quando deixaram de produzir e vender leite e passaram a produzir e vender queijo.

A melhoria da capacidade organizacional das unidades familiares se expressa na melhor manipulação da produção em agroindústrias e maior conhecimento do processo produtivo, traduzidos em melhor qualidade dos produtos e maior renda ao produtor.

2.4 - Resultados da Sondagem às Incubadoras de Agronegócios

Para começar a delinear o panorama atual das incubadoras de agronegócios, optou-se pela seleção das que assim se autodenominaram, com a certeza de que estão voltadas para o desenvolvimento da produção/tecnologia do setor agropecuário. Foram, então, elaboradas algumas questões direcionadas aos dirigentes dessas entidades a partir de um questionário específico.

Embora o retorno tenha sido de um terço (1/3) da população, foi possível antever como essas incubadoras vêm trabalhando no Brasil, já que a idéia inicial era de se fazer uma sondagem a respeito do tema, para depois aperfeiçoar o levantamento piloto.

Dos respondentes, a maior parte está distribuída na região Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, enquanto que os demais se localizam nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Essas incubadoras estão vinculadas a alguma Instituição de Pesquisa e/ou Universidade e todas possuem parceria com o SEBRAE, apesar de 87% delas se classificarem como “tradicionais” e somente 13% como de “base tecnológica”.

Dos empreendimentos incubados, 63% são considerados “não-residentes”, ou seja, permanecem fora da área (espaço físico) da incubadora, apenas servindo-se dos serviços técnicos prestados e da assessoria monitorada na propriedade.

Nas incubadoras que responderam ao questionário, tem-se que 60% de seus empreendimentos rurais recebem monitoramento tanto na parte de produção quanto na agregação de valor ao produto, através de uma agroindústria. Já os demais têm interesse apenas no processamento e/ou beneficiamento da matéria-prima (só agroindústria).

Essa distinção significa que no primeiro caso o objetivo das incubadoras é a verticalização da produção, que permite a agregação de valor ao produto agrícola, enquanto que no segundo o objetivo é a criação de pequenos empreendimentos à jusante das cadeias produtivas, apenas para processo de manipulação/transformação da matéria-prima.

Em metade das incubadoras respondentes existem empreendimentos nas cadeias produtivas do mel, do leite (bovino e caprino), de frutas e de hortaliças. Os procedimentos envolvidos na produção desses itens envolvem a padronização da produção, as “Boas Práticas de Fabricação” (BPF), os “Perigos e Pontos Críticos de Controle” (APPCC) e a agregação de valor propriamente dito. Nesse contexto, tem-se o processamento do leite para a feitura de queijos, requeijões, iogurtes, etc; de frutas para doces, compotas e licores; e de hortaliças orgânicas e as minimamente processadas, etc. Além disso, existem empreendimentos incubados, ligados a outros produtos típicos da pequena produção, que trabalham na produção/beneficiamento de suínos, cana-de-açúcar/cachaça, ovos caipiras, café, soja/leite, ração animal e, também de artesanato. Assim como o mel, o leite utiliza na incubadora os serviços de marketing e de comercialização.

A Tabela 3 apresenta os principais produtos das incubadoras de agronegócios.

Tabela 3. Produtos mais freqüentes das Incubadoras de Agronegócios

Produtos	Número de Incubadoras de Agronegócios	Número Total de Empreendimentos Incubados
Frutas	5	11
Hortaliças	4	6
Leite (Bovino e Caprino)	4	5
Mel	4	5

Os produtos derivados do leite de cabra são itens explorados no maior número de empreendimentos no total de incubadoras entrevistadas, quando se leva em conta o peso das associações de produtores envolvidas.

De fato, grande parcela dos empreendimentos incubados é gerida por associação ou cooperativa (53%), enquanto o restante representa empreendimentos individuais. A formação de associações e cooperativas contribui tanto com o produtor na colocação do seu produto no mercado como para a incubadora, que divide seus custos de assessoria com todos os associados.

3 – Considerações Finais

As incubadoras entrevistadas que trabalham diretamente com a produção agropecuária estão voltadas à agricultura familiar, enquanto as que realizam agregação de valor à matéria-prima nem sempre têm esse perfil.

A importância da incubadora sobre os empreendimentos provenientes da agricultura familiar está também no monitoramento que ela proporciona. Percebe-se hoje que existem inúmeras possibilidades de cursos e assistências técnicas oferecidas aos pequenos produtores isoladamente, de maneira pontual. Na maioria dos casos o conhecimento é depositado e não construído, o que dificulta o nível de conscientização e do aprendizado. Já nas incubadoras há vantagens para os produtores e associações, pois o aprendizado é massivo e mais sistemático. Esse processo permite que ao longo da incubação os empreendimentos da pequena produção se aproximem do mercado e se tornem competitivos.

As micro e pequenas empresas que surgem no mercado de forma independente têm dificuldades na adoção de inovações na produção ou prestação de serviços e, conseqüentemente de se sustentarem. O apoio de incubadoras, com a participação dos governos local/regional pode reverter esse quadro, tornando-se um poderoso instrumento para a transferência de tecnologias e para o desenvolvimento.

Há necessidade também de políticas públicas mais estruturantes e de maior amplitude, voltadas ao fortalecimento das incubadoras. Certamente trarão grandes benefícios aos pequenos produtores, como por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – já aprovada no Senado e que deverá ser aplicada a partir de julho de 2007 – que apresenta, dentre outras vantagens a de agilizar a criação de empresas e de desonerar o investimento necessário. Os governos das três esferas de atuação devem, em conjunto, criar mecanismos sustentáveis para a incubação de empresas do setor agropecuário, para a viabilização de soluções que causem impacto na competitividade do agronegócio brasileiro. A mudança de paradigma de uma agricultura familiar de subsistência para uma visão empreendedora é um dos grandes desafios da Incubadora.

Referências

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. Panorama 2000 – <http://www.anprotec.org.br/associados.htm>. Extraído em dez, 2005.

ATRASAS, Ana L. et al., Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas: fatores de desenvolvimento tecnológico e regional em Portugal e Espanha. Relato de Viagem Internacional. EMBRAPA, Brasília, DF. Documento 96, set, 2003. 46p.

CALDAS, E. de L. Dicas: Idéias para a Ação Municipal. Instituto Polis, n. 173, 2000.

CARVALHO, Y. M. C. de. A agricultura orgânica e o comércio justo e solidário. Instituto de Economia Agrícola, nov, 2001, In: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=264>.

CEPEA - Centro de Pesquisas em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio, dez., 2005. In: www.cepea.esalq.usp.br.

CONAB, Importações e Exportações Brasileiras. mar., 2006. IN: www.conab.gov.br.

FURTADO, M. A. T. Fugindo do Quintal: Empreendedores e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica. Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), 1996.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI C. PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD/MDA, 32p. dez., 2004.

GUILHOTO et al. A importância do Agronegócio familiar no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v.44, n.33, p: 355-382 jul/set 2006.

IBÁÑEZ A.; FARAH, O. E.; CORRÊA, A. M. J. C. Incubadora de Empresas: uma proposta de estudo. [Extr@to](#) - Revista Eletrônica do Mestrado de Administração da UNIMEP, maio a agosto, 2004.

JEAN, B. A Forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In.: Colóquio Internacional sobre Agricultura Familiar. Sessão III. A Agricultura Familiar como uma forma social de Produção. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), out., 1993.

LALKAKA, R. E BISHOP, J. Adaptation and Replication of Business Incubators in Latin America. V Conferência Internacional de Parques Tecnológicos. Rio de Janeiro, 26-27/10/1996. Mimeo.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). Manual para a Implantação de Incubadoras. Secretaria de Política Tecnológica Empresarial – SEPTTE, nov., 2000, 33p. In:www.mct.gov.br/setec/setec.htm.

NBIA. National Business Incubation Association. NBIA's 1998 state of the business incubation industry findings. jan., 1999 (<http://www.nbia.org>).

RESENDE, J. V. de. Lei de inovação: aumentar a eficiência do sistema de pesquisa e desenvolvimento. Instituto de Economia Agrícola. ago.,2005 <http://www.iea.sp.gov.br>

SAMPAIO FILHO, J. DE A. Campo, o grande empregador do Brasil.<http://cidadesdaobrasil.com.br/cgi-cn>. Jan., 2005, edição 57.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa. Mar., 2006. In:www.sebrae.com.br.

SRB - Sociedade Rural Brasileira. O comércio do agronegócio: vamos gerar mais empregos? Análises Econômicas. <http://www.srb.org.br>, mar., 2006. 5p.

VEDOVELLO C., PUGA F. P., FELIX M. Criação de Infra-Estruturas Tecnológicas: A Experiência Brasileira de Incubadoras de Empresas. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 183-214, dez., 2001.

Notas

[1] O uso do termo foi mundialmente adotado porque significa “chocar”, num processo de aquecer os ovos até eclodirem, gerando seres auto-suficientes.

[2] Os parques tecnológicos são empreendimentos que impulsionam e auxiliam as empresas a desenvolverem produtos competitivos no mercado global, estimulando a implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento e incentivando investimentos em empresas de base tecnológica. Os parques consistem em empreendimentos imobiliários de grandes dimensões, com gestão privada, auto-sustentáveis, tendo em seu núcleo entidades pública, científica e tecnológica (Atrasas et al, 2003).

[3] É importante destacar que embora tenha sido um critério de análise (a autodenominação), não significa que seja o melhor e que por isso mesmo deverá ser aprofundado nos estudos em andamento, uma vez que as incubadoras podem agregar empreendimentos de vários setores e que, no caso, podem ter sido subestimados.

[4] Esta foi uma das cinco experiências premiadas como destaque no ciclo de 2000 do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta das fundações Getúlio Vargas e Ford, com apoio do BNDES.